



A PERSPECTIVA AFRICANA EM PAUTA: HUMANIDADES, CIÊNCIAS SOCIAIS, HISTÓRIA E ESTUDOS AFRICANOS

Ana Júlia Pacheco¹

Resumo: Durante os períodos da colonização europeia, descolonização e reorganização das sociedades africanas, os intelectuais nascidos na África passaram a produzir o próprio conhecimento em pressupostos acadêmicos e científicos ao longo dos séculos XIX e XX, em relação ao mundo e si mesmo, redigida até então sob os punhos da tradição ocidental. O presente artigo propõe-se apanhar e discutir brevemente o conjunto dessas narrativas e suas problemáticas, pensando especificamente os debates em torno das ciências sociais e humanidades na África contemporânea, os estudos africanos e a história da África construída sob a perspectiva dos próprios historiadores, filósofos, cientistas sociais, estudiosos e intelectuais africanos. Trata-se de compreender o vasto conjunto de referenciais teóricos, conceituais e metodológicos, empregados para expressar a posição dos próprios Africanos em relação ao mundo e seu espaço continental, ao mesmo tempo compreender em que circunstâncias foram organizados e produzidos esses conhecimentos.

Palavras-chave: perspectiva africana; estudos africanos; história; ciências sociais; conhecimento.

THE AFRICAN PERSPECTIVE: HUMANITIES, SOCIAL SCIENCES, HISTORY AND AFRICAN STUDIES

Abstract: During periods of European colonization, decolonization and reorganization of African societies, intellectuals born in Africa began to produce their own knowledge in academic and scientific presuppositions throughout the XIX and XX centuries, in relation to the world and itself, written up until then under the fists of the Western tradition. The present article proposes to briefly gather and discuss the set of these narratives and their problematics, specifically thinking about the debates around the social sciences and humanities in contemporary Africa, African studies and the history of Africa constructed from the perspective of historians themselves, philosophers, social scientists, scholars and African intellectuals. It is a question of understanding the vast set of theoretical, conceptual and methodological frameworks used by Africans to express themselves in relation to the world and their continental space, while understanding the circumstances under which they were organized and produced.

Keywords: african perspective; african studies; history; social sciences; knowledge.

PERSPECTIVE AFRICAINE EN ORDRE DU JOUR: HUMANITÉS, SCIENCES SOCIALES, HISTOIRE ET ÉTUDES AFRICAINES

Résumé: Au cours de la période de la colonisation européenne, la décolonisation et la réorganisation des sociétés africaines, les intellectuels nés en Afrique ont commencé à produire leurs propres connaissances dans les hypothèses académiques et scientifiques au cours de XIXe et XXe siècles, en relation au monde et lui-même, écrit à puis sous les coups de poing de la tradition occidentale. Cet article se propose de prendre et de discuter brièvement tous ces récits et leurs problèmes, en tenant particulièrement compte des débats sur les sciences sociales et humaines en Afrique contemporaine, les études africaines et l'histoire africaine construit à partir du point de vue de leurs propres historiens, philosophes, des sociologues, des chercheurs et des intellectuels africains. Il est de comprendre la vaste gamme de cadres théoriques, conceptuels et méthodologiques, utilisé pour exprimer la position des Africains en relation au monde et son espace continental, en même temps comprendre que les circonstances ont été organisées et ont produit cette connaissance.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC).

Mots-clés: perspective africaine; études africaines; histoire; sciences sociales; connaissances.

LA PERSPECTIVA AFRICANA EN PAUTA: HUMANIDADES, CIENCIAS SOCIALES, HISTÓRIA Y ESTUDIOS AFRICANOS

Resumen: Durante los períodos de la colonización europea, descolonización y reorganización de las sociedades africanas, los intelectuales nacidos en África pasaron a producir el propio conocimiento en presupuestos académicos y científicos al largo de los siglos XIX y XX, en relación al mundo y sí mismo, estructura hasta entonces sobre las manos de la tradición occidental. El presente artículo propone discutir brevemente el conjunto de esas narrativas y sus problemáticas, pensando específicamente los debates frente a las ciencias sociales, estudiosos e intelectuales africanos. Se trata de comprender los múltiples conjuntos de referencias teóricas, conceptuales y metodológicas, empleados para expresar la posición de los propios Africanos en relación al mundo y su espacio continental, al mismo tiempo comprender en qué circunstancias fueron organizados y producidos estos conocimientos.

Palabras-clave: perspectiva africana; estudios africanos; historia; ciencias sociales; conocimiento.

Existe uma tradição que veiculou representações e categorias exóticas de África durante séculos concebida e transmitida através de sistemas de conhecimento divergentes, trata-se de uma ideia de África desenvolvida no seio da tradição ocidental que perpassa o relevo monstruoso da história do Ocidente, o tráfico de escravos e sua política no século XV, o colonialismo e o imperialismo no final do século XVIII e durante o século XIX, e o fascismo e o nazismo no século XX (Mudimbe, 2013).

Por outro lado, os séculos XIX e XX propiciaram a emergência de reações contrárias a tal ideia, forjando intelectuais africanos dentro e fora do continente que irão atuar no campo acadêmico e político na elaboração de contra-narrativas coloniais, construindo uma gama de escritos de pensadores, historiadores, sociólogos, filósofos e ativistas africanos cujas análises contribuiram para a formação, debate e desenvolvimento de interpretações da realidade histórica, cultural, social e política de seu continente e na formulações de ideais que irão corroborar a luta pela independência e a prosperidade dos recém países futuros.

O colonialismo triunfante em particular, tal como denomina o historiador congolês Elikia M' Boloko (2005), instalado no período entre-guerras, implementará os sistemas administrativos coloniais solidificando a presença europeia que continuará interferindo nas organizações sociais do continente africano. Entretanto, serão essas mesmas estruturas administrativas que irão dar suporte aos processos sociais, ideológicos e culturais contra a dominação europeia, “De modo que, o período que separa as duas guerras mundiais representa para a África uma autentica ‘idade do ouro’ da colonização, surgindo simultaneamente com o seu crepúsculo” (M'bokolo, 2004 p.371).



Contudo, as contra-narrativas sobre África elaboradas por expoentes nascidos no continente tal como aponta pelo filósofo anglo-ganês Kwame Appiah (1997) continuarão presas a centralidade da raça que aglutinará forças para o próprio nacionalismo africano. Dessa forma, a ideia de construir entidades unitárias como povo, comunidade e etnia, na busca por moldar uma única identidade, homogênea, formada e legitimada pela história, leva novamente o discurso ao seio das invenções europeias².

Neste artigo³, proponho apanhar e discutir a implicação do conjunto dessas narrativas e suas problemáticas, pensando especificamente sua aplicação nos debates em torno das ciências sociais e humanidades na África contemporânea, os estudos africanos e a história da África construída sob a perspectiva dos próprios historiadores, filósofos, cientistas sociais, estudiosos e intelectuais africanos. Trata-se de compreender o vasto conjunto de referenciais teóricos, conceituais e metodológicos, empregados para expressar a posição dos próprios Africanos em relação ao mundo e seu espaço continental, ao mesmo tempo compreender em que circunstâncias foram organizados e produzidos esses conhecimentos.

AUTONOMIA, IDENTIDADE, RAÇA: O SELF DA INTERPRETAÇÃO AFRICANA

Ao criticar as diferentes formas com que se tentou conferir, construir e representar a identidade africana durante os últimos três séculos, o intelectual e crítico camaronês dos estudos pós-coloniais, Achille Mbembe (2001), ressalta o surgimento de tendências intelectuais com o objetivo de conferir autoridade simbólica a alguns elementos que integram o imaginário coletivo africano⁴.

² No Brasil por exemplo, o discurso antirracista levantado pela bandeira dos Movimentos Negros nos anos 1970 carrega a associação entre raça, história e identidade negra, tal como ressalta o historiador Paulino Cardoso (2007). Para o professor, a racialização do discurso antirracista é recente na história de resistência organizada das populações afrodescendentes no país, ainda assim, faz parte de um arcabouço de ideias errôneas que herdamos dos ocidentais. “Que os europeus e seus descendentes nos vejam como uma raça é uma coisa, que nos oprimam em termos raciais é outra. Mas que nós nos percebamos como uma raça é terrível. Mesmo que venhamos a dizer que a nossa noção é diferente – uma construção histórico e social, útil como forma de aglutinação dos afrodescendentes. Na prática tal noção se baseia na naturalização da solidariedade política.” (Cardoso, 2007 s/p) Ver mais em: Cardoso, Paulino de Jesus Francisco. *A Lei 10.639/03: significados e desafios da luta anti-racista no Brasil*. 2007. Disponível em <https://multiculturalismoepopulacoesafricanas.blogspot.com.br/2007/11/desafios-da-implantacao-da-lei-10639-03.html>

³ O texto é fruto das discussões elaboradas no âmbito da disciplina “Seminário Cultura e representações: Estudo Monográfico 1 | Tema: O Pensamento Social Africano no século XX: questões, debates e tendências de abordagem” do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ministrada no segundo semestre de 2016 pelo prof. Dr. José Rivair Macedo.

⁴ Este ensaio e outros textos de Achille Mbembe deram ao autor espaços importantes no cenário acadêmico, onde alcançou reconhecimento internacional ao elaborar obras incontornáveis no debate africanista recente. Para o historiador José Rivair Macedo (2016) a redação deste impactante ensaio publicado em francês no *Bulletin du CODESRIA, Politique Africaine*, em inglês na revista *Public Culture*, e logo em outras línguas e periódicos,



O autor nos apresenta duas meta-narrativas desenvolvidas ao longo do século XX de formas africanas de escrever a si própria, sua história e seu lugar no mundo, para ele, elas estão conectadas às problemáticas da autoconstrução e da filosofia moderna do sujeito. A primeira, “economicismo”, se utiliza de categorias nacionalistas e marxistas para construir um imaginário de cultura e da política, cuja manipulação da retórica de uma autonomia, resistência e emancipação, serve como critério único para legitimar o discurso do “africano” autêntico. A segunda corrente registrada pelo autor, “metafísica da diferença” promove a ideia de uma única identidade africana, onde o pertencimento e a ideia de raça negra conformam sua base.

Ambas as narrativas permeiam sob três eventos históricos vivenciados em África, a escravidão, o colonialismo e o *apartheid*, em que os foram atribuídos um conjunto de significados específicos que permeiam as seguintes ideias, de que através desses processos o eu africano se torna alienado de si mesmo; a expropriação material ocasionada pelos procedimentos econômicos e jurídicos, que levou a uma experiência singular de sujeição qualificada pela falsificação da história da África pelo Outro; e a ideia de degradação histórica em que essas experiências são consideradas tendo como aprisionado o sujeito africano na humilhação e desenraizamento, bem como em uma zona de não-ser e de morte social cuja dignidade lhe é negada. Nas duas primeiras ideias, salienta Mbembe, a expropriação material e a violência da falsificação constituem os principais fatores da singularidade da história africana, e sua tragédia no qual se baseia.

O autor alerta para os perigos advindos de uma busca irrefreada de uma alteridade africana sem o reconhecimento devido das especificidades culturais, políticas e geográficas que caracterizam o continente africano, e em crítica, observa que esses discursos africanos dominantes sobre o *self* se desenvolveram dentro de um paradigma racista, nesse sentido, tanto as correntes do economicismo (instrumentalista) quanto a metafísica da diferença (nativista) que produziram significados dominantes sobre escravidão, o colonialismo e o *apartheid*, estão fadadas ao fracasso, assim como tem falhado outras tentativas de definir a identidade africana de forma simples e clara ao logo do tempo, pois

constitui até hoje uma de suas produções mais conhecidas onde encontra-se um exame profundo, contundente e rigoroso dos impasses e limites dos paradigmas interpretativos fundados em pressupostos identitários de caráter racial, nacionalista e nativista, enunciados seja por marxistas, adeptos do socialismo africano, dependentistas e afrocentristas. Ver mais em Macedo, José Rivair. Achile Mbembe - Imaginação, Poder e Cosmopolitismo a partir da África. In: *O pensamento africano no século XX*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.



Para ser extado, não há nenhuma identidade africana que possa ser designada por um único termo, ou que possa ser nomeada por uma única palavra; ou que possa ser subsumida a única categoria. A identidade africana não existe como substancia. Ela é constituída de variantes formas, através de uma série de práticas, notavelmente as práticas do self. (Mbembe, 2001 p.199-200)

Tais fundamentos interpretativos baseados nesses pressupostos identitários de caráter racial, nacionalista e nativista, estão enunciados nas interpretações dos intelectuais africanos que produzirão ao longo do século XIX e XX um conjunto de estudos e análises político-sociais sobre o continente africano e sua relação com o mundo onde reivindicarão uma leitura endógena das questões pertencentes a África. Esses aspectos também não se anulam na construção e articulação de áreas e campos de conhecimento científico e acadêmico forjados pela intelectualidade africana, vejamos mais desses problemas a seguir pensando os Estudos Africanos, Humanidades, Ciências Sociais e a Historiografia Africana moldados numa perspectiva africana.

ESTUDOS AFRICANOS, HUMANIDADES E CIÊNCIAS SOCIAIS

Em que medida são africanos os chamados Estudos Africanos? Essa questão é central no caloroso debate suscitado pelo filósofo beninense Paulin J. Hountondji (2008) acerca dos conhecimentos de África e dos conhecimentos de Africanos, que caracterizam de acordo com ele, duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. Para Estudos Africanos, o autor refere-se não apenas uma disciplina, mas todo um conjunto delas que tem a África como objeto de estudo, ou seja, disciplinas como história, antropologia, linguística, política, filosofia, que se inter-relacionam para conferir a investigação sobre os processos vivenciados pelo continente africano e suas populações.

Entretanto, o autor delibera ainda sobre a seguinte indagação, quão africanos são os chamados estudos africanos? Isto é, entendemos por exemplo a história africana como normalmente o discurso sobre África, e não como um discurso histórico proveniente de África ou produzido pelos próprios intelectuais africanos, do mesmo modo, a linguística africana é entendida quase sempre como estudo de línguas africanas e não necessariamente um estudo feito por africanos.

A chamada filosofia africana levantada pelo autor é fundamental para compreender esse debate, pois, em sua própria experiência ele observou que os acadêmicos africanos que se dedicavam a filosofia dentro ou fora de instituições universitárias ocidentais, passavam a maior parte do tempo redigindo suas investigações sobre tópicos como a filosofia do ser entre

os povos de Ruanda, ou, o conceito de tempo entre os povos da África Oriental, ou seja, a descrição ou reconstituição da cosmovisão dos seus antepassados ou pressupostos coletivos de sua comunidade local.

Todavia, Hountondji considera que aquele crescente número de intelectuais africanos estava produzindo não era filosofia, mas sim etnofilosofia, pois estavam narrando episódios específicos da etnologia que objetivava estudar os sistemas de pensamento dessas sociedades habitualmente estudadas por ela. Essas pesquisas faziam parte da filosofia africana num sentido radicalmente novo, segundo ele, “a filosofia africana não devia ser concebida como uma mundivisão implícita partilhada inconscientemente por todos os africanos. Filosofia africana não era senão uma filosofia feita por africanos” (Hountondji, 2008 p. 153).

Diante disso, pode-se perceber uma distinção entre africanistas e africanos no campo da filosofia, em que muitos dos pensadores ocidentais que escreviam sobre os sistemas de pensamento africano deixaram de ser vistos como pertencentes a filosofia africana, ao mesmo tempo, ao com o estabelecimento desse tipo de demarcação, foi possível chamar a atenção dos acadêmicos africanos em dois aspectos, na recepção africana das tradições de investigação ocidentais e na postura de assumir responsabilidades intelectuais próprias.

O estudo de África foi desenvolvido até hoje por uma longa tradição intelectual, parte de um processo abrangente de acumulação do conhecimento iniciado e controlado pelo Ocidente. Hountondji faz a defesa de que as sociedades africanas devem, elas próprias, apropriar-se ativamente e responsabilmente do seu conhecimento que foi capitalizado durante séculos, e mais ainda de forma contundente, ele defende o desenvolvimento em África de uma tradição autônoma, cuja investigação e conhecimento possa responder a problemas e questões levantados direta ou indiretamente por africanos. Nesse sentido, o autor convida e orienta investigadores africanos e da área de Estudos Africanos e de todas as outras disciplinas a desenvolver um tipo de pesquisa orientado para dentro do continente africano, desviando do que dos estudos que tem destinado em primeira linha a ir ao encontro das necessidades teóricas e práticas das sociedades ocidentais do Norte.

Em sua concepção, o primeiro passo a ser dado nesse sentido seria o de formular problemáticas originais, cujos investigadores africanos envolvidos nos estudos africanos deverão ter o papel de desenvolver acima de tudo, uma tradição de conhecimento em todas as disciplinas e com base em África, em que as questões a estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedade africanas igualmente uma agenda de investigação determinadas por elas.



Nesta perspectiva, os estudos africanos já não terão mais o mesmo significado na África e no Ocidente, na primeira, eles deverão fazer parte de um projeto político mais vasto de conhecer-se a si mesmo para transformar, e então espera-se que o corpo de acadêmicos não africanos⁵ contribuam para o desenvolvimento desse projeto, na resolução das questões originárias e na implantação dessa agenda de investigação.

Discutindo a Epistemologia dos Estudos Africanos, o econômico português Carlos Pimenta e o sociólogo angolano Victor Kajibanga (2011) apontam que estudar a totalidade da realidade africana exige um duplo processo cognitivo, o primeiro diz respeito ao recurso da interdisciplinaridade, e o segundo refere-se a elaboração e uma reflexão crítica sobre cada uma das disciplinas, produto de uma cultura e história, na sua utilização para pensar as realidades africanas.

Para os estudiosos, todo método do conhecimento depende do objeto do conhecimento, nesse sentido a sociedade africana indica uma interação pragmática entre o conhecimento e a ação, que por sinal também gera conhecimento, cuja definição e hierarquização de objetivos só a eles competem. Todavia, alguns vetores são fundamentais na concepção deles para a estruturação do estudo, interpretação e compreensão das sociedades africanas, no tempo, no espaço e na plenitude de sua complexidade que caracterizam os Estudos Africanos, são eles, a centralidade institucional africana; o funcionamento em rede; a interdisciplinaridade e a interculturalidade.

A preocupação geral dos autores concentra-se na seguinte questão que amplia a discussão promovida por Paulin J. Hountondji, se os estudos africanos espalhados pelo mundo inserem-se nas grandes problemáticas de África e nos grandes debates filosóficos e científicos

⁵ Na América Latina temos uma recente experiência na institucionalização dos Estudos Africanos, no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países por exemplo Tanto no Brasil quanto lá, o esforço do desenvolvimento de estudos sobre África foi realçado pela existência de milhões de afrodescendentes. Ao analisar a consolidação e a formação dos Estudos Africanos nos Estados Unidos entre a década de 1960 e os dias atuais, o historiador brasileiro Roquinaldo Ferreira (2010) salienta que os Estudos Africanos tiveram desde o início caráter fortemente interdisciplinar em solo norte americano, ao contrário do Brasil cuja história da diáspora africana ocupa papel primordial nas investigações acadêmicas. A evolução dos Estudos Africanos nos Estados Unidos foi condicionada segundo ele, pelas circunstâncias políticas e geopolíticas americanas e internacionais na década de 1960, sobretudo a Guerra Fria, a luta pelos direitos civis e a descolonização da África, cuja configuração interna desse campo seria moldada com base nos chamados *area studies*, com forte teor interdisciplinar e vocação para prolongada pesquisa de campo. O modelo de *area studies* tornou os Estudos Africanos um campo de sucesso na nação estadunidense, contribuindo para a globalização dos currículos das universidades e internacionalização dos departamentos de História, contudo, seu principal problema principal do tenha sido talvez o intuito de demarcar os Estudos Africanos como uma área específica, que dizia respeito apenas à África e excluía a diáspora Africana, tendência essa que tem sido revertida apenas recentemente. Ver mais em: Ferreira, Roquinaldo. A institucionalização dos Estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n° 59, p. 73-90 – 2010.

africanos. Tal questão, comporta uma dupla dimensão segundo eles, epistemológica, pois pode-se considerar estudos africanos a construção dos conhecimentos diretamente relacionados com África, e institucional, já que os Estudos Africanos também são pessoas coletivas que se ocupam da produção de conhecimentos relacionados com África. Nessa perspectiva, os autores apresentam alguns contributos para a reflexão desta problemática, igualmente, levantam sugestões para os Estudos Africanos sejam efetivamente não apenas estudos de África.

Conforme apontam os autores, os estudos africanos só tem razão de existir enquanto construtor de objetos de estudos integradores que investigam de vários prismas de abordagem uma dada realidade de África ou relacionadas, todavia a interdisciplinaridade é outro elemento fundamental, pois está associada a formulação de problemáticas cujas respostas as perguntas levantadas exige a diversidade de saberes, assim, “A interdisciplinaridade é, pois, elemento constitutivo dos estudos africanos por que estes, vivem ou deveriam viver, da definição de temáticas abrangentes que exigem contributos de diversas disciplinas científicas” (Pimenta; Kajibanga, 2011, p. 14).

Igualmente a interculturalidade deve ser considerada como elemento de grande relevância que deve estar presente nos estudos africanos, pois reflete a consciência da nossa relatividade cultural, consciência essa segundo eles, só pode ser resultado de um longo caminho crítico de reflexão, vivência, destruição racional e afetiva da “normalidade”, essa interculturalidade, permite assim o alargamento do inventário dos temas e debates sobre África e reposicionar cada um deles. (faz uma nota com alguns dos principais autores desse campo.)

Como orientação final, Pimenta e Kajibanga levantam quatro princípios fundamentais que devem fazer parte da produção dos espaços institucionais de realização dos estudos africanos, os centros ou núcleos de estudos africanos, [1] a agenda temática desses centros devem conter os grandes debates epistemológicos da atualidade africana; [2] sua estrutura principal tem de ser constituída por cientistas e filósofos africanos preocupados com a valorização dos saberes endógenos para o processo de transformação da sociedade; [3] deve haver cientistas, filósofos e artistas de múltiplas formações de movimento que permita um intercâmbio de saberes [4] seus participantes devem expressar diversas culturas da África e do mundo, sem pôr em causa o princípio primeiro indicado.

Pensando as humanidades na África de maneira geral, o historiador nigeriano Toyin Falola (2007), também estabelece uma discussão similar. Ao repensar as Humanidades na

África deve-se reapropriar e recondicionar o passado; reorganizar a produção e a apresentação do conhecimento; e a criar uma economia diversificada em que os estudantes egressos do ensino superior africano possam viver em um ambiente que não os sufocam e que propiciem para que sentem orgulho e identifiquem-se com os governos. Assim, seu apelo é para que as Humanidades respondam a esses desafios de reformular ideias, metáforas, narrativas, e quadros teóricos que deem conta das realidades das sociedades africanas, pois ela possui um papel fundamental nos desafios contemporâneos, especialmente com relação ao desenvolvimento em todas as suas ramificações, ao processo de globalização e de dominação ocidental, e às técnicas estatais que as Humanidades tem de remodelar.

Falola explica que na medida em que a sociedade passa a organizar-se em torno dos valores da riqueza, as Humanidades acabam se tornando vítimas de perseguição social, em que passam a ser devastadas e orientadas a se assemelhar a outras disciplinas ou outros campos que podem ser mais facilmente reaproveitados pelo próprio Estado. “A África não poderá jamais compreender as forças da globalização ou lidar com elas sem as Humanidades” (Falola, 2007, p. 14), nesse sentido, é preciso elevar as Humanidades que fornecem uma análise acadêmica do sobre as características de um Estado e suas implicações às suas populações, ao mesmo nível de atenção colocada sobre a área científica e tecnológica.

Durante a maior parte do século XX em várias partes do continente Africano as Humanidades foram forçadas para formular argumentos em defesa da desigualdade, do autoritarismo, e do culto à riqueza ilícita, seu dever atual portanto é duplo, construtivo e oposicionista, de modo que possa disseminar e implementar ideias que rompam com as cadeias da pobreza, criar comunidades vibrantes, e estudar os seres humanos como pessoas com dignidades individuais, para que se possa viver em paz num ambiente seguro.

Nesse sentido, o autor orienta que as Humanidades em África devem agir sob as seguintes perspectivas, procurar a África na África e em todos os lugares, especialmente na diáspora, onde a consciência de si própria sofreu um impacto; redefinir a produção do conhecimento, colocando o que é africano no centro; estudar o que se consome, investigar o impacto e os danos da transferência de gosto; promover uma restauração revolucionária na cultura africana que foi fragmentada; buscar um equilíbrio entre o passado e o presente, entre os saberes do passado e os do presente.

De modo mais incisivo numa busca por antropologizar o Ocidente, Falola aponta que as Humanidades precisam ter como objetivos: ver uma estratégia de fazer da África o centro do mundo; empreender uma compreensão rigorosa do ocidente, de modo a entendê-lo para se

libertar da dominação; reconhecer que as soluções para a pobreza na África devem incluir a redução das transferências de riqueza de um continente pobre para um ocidente industrializado; tomar emprestada uma estratégia ocidental, a nação, o estado e a cidadania, que tem de ser imaginadas pelos africanos de modo a harmonizar as múltiplas experiências das várias Áfricas; estudar as tensões embutidas na modernidade e considerar a possibilidades de utilizar a tradição para reformar a própria tradição.

A importância do pan-africanismo também é ressaltada pelo autor ao narrar as finalidades das Humanidades em África, que segundo ele, não podem fugir da realidade de um mundo onde as ideias circula, nesse sentido, as contribuições na formulação de frentes nacionais e internacionais, tem de estar ancoradas no pan-africanismo. Embora a ideia do pan-africanismo seja antiga, ela tem se atualizado devido aos transnacionalistas africanos que tem crescido em diversas partes do mundo, assim, sua ideia é de promover uma diálogo entre estudiosos negros independentemente de onde esteja, para ele portanto, é necessário que circule conhecimentos pelo continente de tal forma que possa dismantelar as fronteiras coloniais e criar uma comunidade continental de estudiosos, bem como o dialogo através dos continentes.

Em diálogo a estas questões, pensando as possibilidades da efetivação das ciências sociais em África o filósofo guineense Carlos Cardoso (2011) afirma ser lugar comum considerar que África precisa de uma ruptura epistemológica, já que o estudo das sociedades africanas permitiu uma melhor compreensão de África, pondo em causa a epistemologia ocidental. Historicamente como aponta o autor, as ciências sociais, tal como foram concebidas no Ocidente e introduzidas em África, rejeitaram a interpretação da África enquanto continente civilizado, sobretudo a ideia de um sujeito africano capaz de pensamento autónomo. Assim, a construção do conceito e sua aplicação no continente estavam impregnadas de um discurso racial colonial de ‘alteridade’, onde a ciência social ocidental não só nos proporcionou uma representação errónea de África como se abstraiu das pesquisas praticadas em ciências sociais em África.

Uma das vocações das ciências sociais em África consiste, por isso, em contribuir para o desenvolvimento das sociedades africanas, desde logo através da elaboração de conceitos e teorias que sejam consentâneas com as realidades e os processos transformativos em curso no continente, requerendo, por consequência, um engajamento epistemológico. (Cardoso, 2011, p. 142)



De modo geral tal qual assinala Cardoso, as condições da prática das ciências sociais em África são na maior parte dos casos muito precárias, pois apesar de a sua prática exigir investimentos mais baixos do que as requeridas pelas ciências naturais, o seu exercício não deixa de exigir determinadas condições, notadamente na infraestrutura. Ainda assim, além das condições que caracterizam as universidades africanas onde existe um grande desequilíbrio entre o investimento na investigação científica das ciências sociais e nas ciências naturais, pode-se afirmar que a prática das ciências sociais em África sofre de constrangimentos significativos que afetam seu desenvolvimento.

HISTÓRIA DA ÁFRICA: A FORÇA DA LEITURA ENDÓGENA

O historiador e economista guineense Carlos Lopes (1994) propõe uma apresentação crítica da trajetória que marcou a interpretação histórica de África demarcada por três grandes historicidades apontadas pela corrente mais atual de historiadores africanos. A historiografia do continente africano, para ele, foi dominada até então por uma interpretação simplista e reducionista frente a toda complexidade que os fatos e eventos históricos naquele espaço oferece, cujos pesquisadores sujeitos ao olhar críticos de várias perspectivas, ideologias, gerações e metodologias tiveram dificuldade de lidar com o valor e interpretação dos processos históricos. O papel do “Africanismo” também estabeleceu suas influências e parâmetros nos escritos historiográficos africanos

Ao fazê-lo, promoveu igualmente uma gnosis, acabando por se confundir com o discurso Africano sobre outrem, através de ideologias de alteridade como a negritude, personalidade negra, filosofia Africana, e outras, todas com uma influência determinante no evoluir da historiografia Africana. (Lopes, 1994, p. 21)

Dentre as três correntes levantadas por Lopes, a primeira “Inferioridade Africana” corresponde a uma História da África ligada à concepção hegeliana de um continente “sem história” antes da colonização europeia, a partir do final do século XIX, ao mesmo tempo em que o continente é apresentado em posição de marginalidade dentro da economia-mundo. Embora as interpretações deste cunham já estejam superadas no campo da historiografia, no imaginário coletivo ocidental a África continua a ser vista por estereótipos que tem origem nessa versão interpretativa. Além disso, a inferioridade Africana foi fortificada pelos moldes da colonização, suposta a incluir a dominação física, humana e espiritual, cuja estrutura dicotomiza a sociedade africana, tradicional versus moderno, oral versus escrito,

cujos dualismos irão pairar na interpretação das sociedades africanas e por conseguinte, em sua historiografia.

A próxima corrente interpretativa “Superioridade Africana” chamada por Lopes também de Pirâmide Invertida vai balançar o pendulo da história africana, embora atualmente ela também é constatada como envelhecida pelos ganhos das novas revisões, críticas e interpretações dos historiadores africanos. Ela configura a tentação, quase emocionalmente justificável conforme o autor, de sobrevalorizar o argumento colocado pela corrente anterior, ou seja, de que África também tem História. Seu condutor e primeiro expoente é Joseph Ki-Zerbo que publicou nos anos de 1970 a “História da África Negra” apresentando-se como primeira tentativa individual africana de escrever sobre toda história da África subsaariana longe da cadeia colonizador-colonizado, afastando-se da historiografia colonial exceto quando esta fornecia argumentos favoráveis a superioridade africana⁶. Os historiadores da Pirâmide Invertida buscarão narrar uma história das interações e dos oprimidos, mas também de uma harmoniosa sociedade pré-colonial, centrada nas mudanças sociais, na contribuição africana, na resistência ao colonialismo e no conceito de iniciativa local, ao mesmo tempo, tentarão demonstrar que a civilização ocidental bebeu do conhecimento grego.

Ainda um adendo, com o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO os historiadores da Superioridade Africana irão promover a publicação em 1972 de “História Geral da África” que foi recebida como a verdadeira história do continente africano, objetiva, honesta, rigorosa e endógena, confirmada pela anuência e presença de importantes intelectuais africanos. Este esforço colossal da publicação da obra simbolizou a afirmação dos pressupostos dessa corrente, contudo como

⁶ A trajetória, influencia e contribuição da produção e atuação de Joseph Ki-Zerbo é reconhecida e narrada pela Associação dos Historiadores Africanos (AHA) numa publicação póstuma em sua homenagem pelo Council for the Development of Social Science Research in Africa – Codesria. Neste texto, o professor Ki-Zerbo é lembrado como o mestre benevolente e sábio, cuja imagem na memória de seus ex-alunos é do sábio e pai que partilha seu imenso saber com os seus, e dedicou-se a formação intelectual e moral das gerações futuras; como pai africano da historiografia moderna, onde constituiu junto com Cheikh Anta Diop o combate pela descolonização da história africana nos anos 1956 privilegiando a “iniciativa dos povos africanos” em vez da “ação dos fatores externos”, afirmando a necessidade de se refazer a história a partir da matriz africana; educador e formador emérito, enquanto defensor do ensino superior e da pesquisa científica e igualmente a importância da História e da educação na formação das consciências e do cidadão africano; Pan-africanista convencido, atuando como militante da causa da unidade africana, ao lado de Kwame Nkrumah e Patrice Lumumba onde não apenas teorizou o pan-africanismo mas o traduziu em atos concretos a favor da necessária integração africana; Intelectual, onde contribuiu e renovou os paradigmas na abordagem de temas da globalização, do desenvolvimento, da educação, do meio ambiente e forjou um aparelho conceitual novo que propõe instrumentos pertinentes de análise, é o caso dos conceitos de “desenvolvimento endógeno”. Ver em: Konaté, Doulaye. Homenagem da Associação dos Historiadores Africanos (AHA) ao Professor Joseph Ki-Zerbo (1992-2006) um homem se consciência, de ciência e de dever. In: VVAA. *Homenagem a Joseph Ki-Zerbo*. Dakar: Codesria, 2006.

considera Lopes, também propiciou o nascimento de novos historiadores africanos libertos da necessidade de impor superioridade dos povos africanos.

Também, para o historiador brasileiro Muryatan Barbosa (2012), o projeto da obra História Geral da África marca a construção da “perspectiva africana” e se constitui como um dos maiores projetos intelectuais do século XX contando com a participação de dezenas de especialistas internacionais. Os parâmetros teórico-metodológicos que caracterizam o conteúdo dos oito volumes da obra publicados na década de 1980 e recentemente republicados no Brasil com o apoio do Ministério da Educação, embasados em fontes primárias cuja análise dá ênfase aos conflitos internos engendrados na construção de uma “perspectiva africana” enquanto linha hegemônica.

Essa “perspectiva africana” está relacionada a história institucional do projeto e eleva sobretudo quatro pontos principais, [1] abordagem científica e democrática; [2] visão a totalidade da África, com suas inter-relações regionais; [3] foco na história das sociedades, civilizações e instituições, valorizando as contribuições da tradição e da arte africana; [4] busca de um conhecimento da África por ela mesma, do ponto de vista dos autores africanos sobre sua própria história, o reconhecimento do patrimônio cultural africano e os fatores que contribuíram para a unidade do continente. (Barbosa, 2012, p. 228)

Emerge assim, conforme Carlos Lopes, esse novo movimento historiográfico que o autor caracteriza como um processo de historicidade complexa face a historiografias ideologizadas, onde os estudiosos do passado buscam a complexidade das historicidades da trajetória do continente africano, influenciada pela conjugação passado-presente. Irão surgir correntes denominadas de “pensamento radical” especialmente em Dakar, Dar-es-Salaam e Zaire e “nova escola” de historiadores Africanos que narrarão um passado ao mesmo tempo empossado de uma preocupação com o futuro africano.

Nesse sentido, conforme aponta o historiador José Rivair Marcedo (2014) uma nova tendência de abordagem entre os autores africanos começa a ganhar corpo a partir dos anos de 1990, mais preocupada com o pluralismo, a busca de especificidade, originalidade, e diversidades as realidades históricas africanas, e com a atualização das técnicas e métodos de pesquisa. Nessa novo movimento que tomará os estudiosos africanos do campo da História, a ênfase não está mais na “identidade africana”, como se a África comportasse uma realidade homogênea, do mesmo modo, outro traço sublinhado nessa perspectiva é a revisão crítica de alguns pressupostos nacionalistas ou identitários defendidos pelas primeiras gerações de intelectuais da Superioridade Africana citada por Lopes. Assim,



O que se procura é identificar as várias Áfricas, considerando a diversidade ambiental e a diversidade étnico-cultural. Doravante, passou a interessar tanto os grandes quanto os pequenos estados, as formações sociais predominantemente as que são minoritárias e mesmo específicas de um povo. O objetivo tendeu a ser o estabelecimento de um conhecimento que respeite as particularidades, um conhecimento menos preocupado em detectar traços gerais que, no final das contas, é onde se alojam os pré-juízos e os pré-conceitos. Diversidade de abordagens e diversidade de escalas de análise, eis as orientações principais da nova geração de africanólogos africanos. (Macedo, 2014, p.162)

Para a historiadora Esperanza Brizuela-Garcia (2006), entretanto, ainda prevalece na historiografia africana e nos estudos africanos a ideia de Africanização, ou seja, um processo pelo qual o conhecimento sobre a África vai sendo imbuído como “mais africano”. A africanização tem sido tacitamente aceita, segundo ela, embora pouco foi discutido sobre por que é necessário ou o que significa. Ela está enraizada na experiência colonial das sociedades africanas e na visão então comumente mantida da África como um continente sem história, em que a história africana foi definida inicialmente na oposição à história colonial, onde a distinção entre história africana e história colonial implicou que a história da África era de alguma forma diferente da história dos europeus na África, bem como que as sociedades africanas tinham experimentado mudanças históricas que poderiam ser documentadas por métodos históricos aceitos.

In this environment Africanizing meant two things. It was necessary first to rid the writing of African history of the prejudices and limitations imposed by traditional colonial and European history. In this regard the methods, questions, and sources used by historians in the writing of African history needed to be Africanized. Secondly, it was assumed that more of the personnel involved in the writing of African history and the institutions supporting this endeavor would be based in Africa, connected to African societies and their everyday problems. (Brizuela-Garcia, 2006 p.87)

Assim, a meta para a africanização foi originalmente relacionada a essa tentativa de afirmar a viabilidade de uma história africana distinta e definir o campo no contexto da descolonização e da independência política durante os anos 1960, quando também universidades foram criadas em África seguindo o impulso da descolonização britânica e a introdução da história africana no cenário acadêmico das instituições de ensino superior americanas e britânicas. Essas premissas, no entanto, não foram igualmente bem-sucedidas, pois as instituições africanas passavam por tempos difíceis e não conseguiram assumir um papel de liderança na produção da história africana, em que os Centros de desenvolvimento do campo continuam a ser na Europa e nos Estados Unidos.



Ao examinar criticamente a história da africanização no campo da historiografia africana a autora salienta que essas condições históricas marcaram o surgimento do desenvolvimento da historiografia africana e que tornou necessário enfatizar a questão da africanização. Contudo, elas mudaram nos últimos anos, e portanto a orientação da estudiosa é de que as questões levantadas na busca pela história da África devem ser redefinidas em função dos novos desafios da história africana e da historiografia em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reivindicação de uma interpretação endógena de África é sem dúvida a característica fundamental que aglutina a intelectualidade africana, embora existam as diferenças político-ideológicas e teórico-metodológicas que dão movimento a um campo de disputa.

Os apanhados teóricos apresentados aqui desenham o desejo de intelectuais africanos e interpretes africanistas inscritas em suas orientações acadêmicas e políticas para um processo autônomo e autoconfiante de produção de conhecimento e de transformação da realidade africana que possa permitir responder questões correspondentes dos expoentes africanos, articulando um encontro das necessidades tanto intelectuais como materiais de África. A ciências sociais, humanidades e os institutos e centros de estudos africanos parecem instrumentos fundamentais para a transformação da realidade africana.

Igualmente, a história africana elaborada por pesquisadores nascidos em solo africano, embora embebida de categorias e recursos recentemente em revisão por novos quadros do campo historiográfico, construíram uma inimaginável contribuição na elaboração de um discurso do passado que reivindicava legitimidade para a visão dos próprios africanos rompendo, deste modo, com o monopólio da leitura tradicional ocidental.

REFERÊNCIAS

APPIAH, Kwame. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CARDOSO, Carlos. “Da possibilidade das ciências sociais em África”. In: SILVA, Tereza Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (orgs). *Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, teóricas e políticas* (Textos do Colóquio em homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, 2012, pp. 125-144.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *A Lei 10.639/03: significados e desafios da luta anti-racista no Brasil*. 2007.

Disponível em <<https://multiculturalismoepopulacoesafricanas.blogspot.com.br/2007/11/desafios-da-implantacao-da-lei-10639-03.html>> Acesso em 09 de Março de 2017.

BARBOSA, Muryatan Santana. “A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (UNESCO)”. *Revista Brasileira de História* (ANPUH), vol. 32 nº 64, 2012.

BRIZUELA-GARCIA, Esperanza. “The History of Africanization and the Africanization of History”. *History in África*, vol. 33, 2006, pp. 85-100.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *O pensamento africano sul-saariano: conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático*. Rio de Janeiro: EDUCAM; CLACSO, 2008.

FALOLA, Toyn. “Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África”. *Afro-Ásia* (Salvador), nº 36, 2007.

FERREIRA, Roquinaldo. A institucionalização dos Estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 73-90 – 2010.

HOUNTONDJI, Paulin J. “Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra), nº 80, 2008.

KONATÉ, Doulaye. Homenagem da Associação dos Historiadores Africanos (AHA) ao Professor Joseph Ki-Zerbo (1992-2006) um homem se consciência, de ciência e de dever. In: VVAA. *Homenagem a Joseph Ki-Zerbo*. Dakar: CODESRIA, 2006.

LOPES, Calos. “A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos”, In, V.V.A.A., *Colóquio Construção e ensino da História de África* (7-9 de junho de 1994), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 21-29.

MACEDO, José Rivair. “A história da África vista pelos africanos: gênese e desenvolvimento da ‘Escola de Dakar’: 1960-1990”. In: Carolina coelho FORTES; Mário Jorge da Mota Bastos (orgs). *Problematizando a Idade Média*. Niterói: EDUFF, 2014, pp. 142-161.

_____. Achille Mbembe - Imaginação, Poder e Cosmopolitismo a partir da África. In: *O pensamento africano no século XX*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História e Civilizações*. Tomo II, edições Colibri Portugal, 2004.

MBEMBE, Achille. “As formas africanas de auto-inscrição”. *Estudos Afro-Asiáticos* (Rio de Janeiro), vol. 23-1, 2001.

MUDIMBE, V. Y. A idéia de África. Lisboa: Mangualde (Portugal), Luanda (Angola): Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013 (or. 1994).

PIMENTA, Carlos; KAJIBANGA. “Epistemologia dos Estudos Africanos”. In: *Conhecimentos endógenos e a construção do futuro em África*. Porto, 15-16 abril 2011.

*Recebido em janeiro de 2017
Aprovado em março de 2017*